



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

JOSEFA ERIGRA BELO

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO:
DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

**GUARABIRA – PB
2012**

JOSEFA ERIGRA BELO

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO:
DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação pela Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Especialista Ana Célia Silva Menezes

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

B452d

Belo, Josefa Erigra

O coordenador pedagógico no Programa Brasil Alfabetizado: desafios e contribuições /Josefa Erigra Belo. – Guarabira: UEPB, 2012.

42f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Esp. Ana Célia Silva Menezes”.

1. Educação de Jovens e Adultos 2. Programa
Brasil Alfabetizado 3.Coordenador I. Título.

22.ed. CDD 374

JOSEFA ERIGRA BELO

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PROGRAMA BRASIL
ALFABETIZADO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação pela Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 02 / julho /2012.

Ana Célia Silva Menezes
Profª Especialista Ana Célia Silva Menezes / UEPB
Orientadora

Cláudia Costa Duarte
Profª MS Cláudia Costa Duarte
Examinadora / UEPB

Verônica Pessoa da Silva
Profª MS. Verônica Pessoa da Silva
Examinadora / UEPB

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso buscou analisar a identidade e o papel do coordenador a partir de suas contribuições e limitações na prática educativa dentro do Programa Brasil Alfabetizado. Sabemos que o coordenador é muito importante durante o processo de alfabetização e que sua relação com o alfabetizador tem grande relevância no processo de aprendizagem para que seja garantido o saber do alfabetizando. Sua presença é igualmente necessária durante o processo de formação continuada garantindo os novos saberes e o acompanhamento pedagógico. O objeto de pesquisa foi motivado a partir do interesse de conhecer o papel do coordenador, cujo profissional parecia ter presença recente no âmbito de um programa de alfabetização criado pelo Presidente Lula e desenvolvido pelo MEC para um grupo historicamente excluído do processo de escolarização, público alvo de discriminações históricas, tendo como objetivo a erradicação do analfabetismo em todo o país. Para fundamentar as questões levantadas o estudo foi feito a partir de uma pesquisa com coordenadores e professores do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) no município de Guarabira, tendo como referência teórica Di Pierro (2005), Haddad (2000), Libâneo (2007 e 2008), Paiva (1987 e 2003), entre outros que também contribuíram para este estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, Programa Brasil Alfabetizado, Coordenador Pedagógico.

ABSTRACT

This work sought to analyze coordinator's identity and role in the according to his contributions and limitations in the educational practice inside of Program Brazil Alphabetized. We know that coordinator is very important during the education's process and his relation with teacher has a great relevancy in the apprenticeship's process to be assured the knowledge of student. His presence is equally necessary during the continued process' formation assuring new knowledge and educational follow-up. The research's aim was motivated whereof interest to know the coordinator's role whose professional seemed to have his presence recent in ambit of education's program created by President Lula and developed by MEC to a excluded group historically in the schooling process, target public of historical discriminations, having as objective eradication of illiteracy nationwide. To underlie the questions arisen up, the study was made a survey with coordinators and teachers of Program Brazil Alphabetized (PBA) in the municipality of Guarabira, having as theoretical reference Di Pierro (2005), Haddad (2000), Libâneo (2007 and 2008), Paiva (1987 and 2003), among others who also contributed for this study.

KEY WORDS: Education for young and adults; Brazil education program; Pedagogical Coordinator.

LISTA DE SIGLAS

CEAA.....	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNAEJA.....	Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNBB.....	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEA.....	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER.....	Campanha Nacional de Educação Rural
CONFINTEA...	Conferência Internacional sobre Educação de Adultos
CPC.....	Centros Populares de Cultura
EEx.....	Entes Executores
EJA.....	Educação de Jovens e Adultos
FNDE.....	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNEP.....	Fundo Nacional de Educação Primária
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCPR.....	Movimento de Cultura Popular do Recife
MEB.....	Movimento de Educação de Base
MEC.....	Ministério da Educação
MOBRAL.....	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA.....	Movimento de Alfabetização
PAS.....	Programa de Alfabetização Solidária
PBA.....	Programa Brasil Alfabetizado
PNAC.....	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PPAlfa.....	Plano Plurianual de Alfabetização
SBA.....	Sistema Brasil Alfabetizado
SEA.....	Serviço de Educação de Adultos
SECADI.....	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUP.....	Serviço de Educação Popular
SEEA.....	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
UNE.....	União Nacional dos Estudantes
UNESCO.....	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.

UNICEF..... Fundo das Nações Unidas para a Infância
PNUD..... Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Considerações metodológicas.....	12
1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	14
1.1 Concepção da Educação de Jovens e Adultos.....	18
1.2 A EJA em Guarabira.....	20
2. PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: ORIGEM, OBJETIVOS E FUNCIONAMENTO.....	22
2.1 O PBA em Guarabira.....	25
3. O PAPEL PEDAGÓGICO DO COORDENADOR	27
3.1 Educador para professores.....	28
3.2 Conflitos de uma identidade.....	31
4. O COORDENADOR DE TURMA DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	41

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e por estar presente nela em todos os momentos, por ter me oferecido a oportunidade de estar concluindo um curso universitário e ter me dado a capacidade de estar aqui.

Agradeço a minha amada Mãe à vida e que com sacrifícios e alegrias a torna possível a cada instante, por ser minha principal incentivadora nos desafios, por ser minha amiga e companheira de toda a vida.

A minhas amigas, as que ganhei e as que conquistei durante os cinco anos na Universidade, por terem sido companheiras nas alegrias e nas tristezas, por fazerem esses anos os mais divertidos possíveis. Em especial a Alice Deyse, Evelin Joice e Elisangela Alves, por terem me dado motivos e força pra me manter no curso até o seu fim. A elas agradeço todas as noites que ri, agradeço o incentivo de cada trabalho, a palavra amiga, as bobagens que dissemos, as viagens que fizemos, as fotos que tiramos, a vida que vivemos, agradeço tudo que ainda teremos de viver. As amigas que levei cinco anos para conquistar agradeço os momentos que dividiram comigo, os sorrisos que me permitiram compartilhar, as brincadeiras que me convidaram a participar, a amizade que me deram o prazer de ganhar.

A minha orientadora Ana Célia por ter me aceito como sua orientanda, pela ajuda que me ofereceu no momento de dúvidas para definir meu tema e estabelecer meus objetivos de trabalho. Pelas vezes em que se dispôs com carinho e atenção a me ajudar e pelas contribuições teóricas que me ajudaram a desenvolver meu trabalho de conclusão de curso.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a identidade e o papel do coordenador pedagógico atuante no Programa Brasil Alfabetizado a partir de suas contribuições e limitações na prática educativa. Meu interesse sobre o tema surgiu durante a disciplina de Gestão Escolar, quando percebi que o coordenador era mais que uma figura representativa dentro da escola. Ao estudar EJA me surge à segunda inquietação, ao ver que no Programa Brasil Alfabetizado também se fazia presente a figura do coordenador. A partir daí questiono-me com a seguinte pergunta: Qual o papel que o Coordenador Pedagógico desenvolve no Programa Brasil Alfabetizado de forma que contribua com a prática dos alfabetizadores?

Assumi o desafio de pesquisar a função desse profissional dentro desse Programa, buscando identificar até onde o coordenador consegue contribuir para que os professores desenvolvam um bom trabalho.

O Brasil Alfabetizado é um programa que aparece como parte de uma política pública, cuja proposta principal é erradicar o analfabetismo em todo o país. Ele foi evoluindo e ganhando importância, superando todas as propostas de alfabetização para adultos, decorrentes de um processo histórico com alguns fracassos no Brasil. O Programa Brasil Alfabetizado surgiu com um grande diferencial diante dos programas já existentes na história da educação para adultos: tem financiamento garantido para implementar todas as ações necessárias ao processo de alfabetização de jovens e adultos, oferece formação inicial e continuada de educadores e coordenadores de turmas, aquisição de material pedagógico e escolar, visando a qualidade do ensino, pagamento de bolsa para os alfabetizadores, merenda escolar, transporte e livro didático.

A educação Brasileira passou por grandes transformações no decorrer da história, avanços como a existência de novos profissionais que viriam a contribuir com o desenvolvimento pedagógico e gestão da escola. Mas, além da formação inicial, é preciso investir na continuada, para que todos os profissionais venham a desenvolver seu trabalho com a capacidade e as habilidades quando forem exigidas.

A assistência dada aos professores na formação contínua e no dia a dia é parte do trabalho do coordenador pedagógico, que surgiu há muito tempo contribuindo com a educação, porém é possível encontrá-lo com outras nomenclaturas como: inspetor, orientador, supervisor ou pedagogo, mas com o mesmo propósito. Esse profissional é muito importante na escola, seu trabalho é constituído ao lado do Diretor, ambos administrando.

O coordenador no decorrer dos tempos assume atividades diversificadas, compromissos e responsabilidades que não faziam parte de suas funções, ou pelo menos que não deveria ocupar tanto do seu tempo. Isto gerou conflitos de identidade para este profissional. Junto ao alfabetizador irá ajudar a produzir um bom trabalho de acordo com seu aluno e para isso ser possível o coordenador precisa tornar-se pesquisador de novos materiais, novos métodos, novas leituras que venham a contribuir com o ensino do alfabetizador e a aprendizagem do aluno. Torna-se formador do alfabetizador no processo de formação continuada, torna-se gestor do currículo, ao se coloca a disposição para auxiliar o trabalho docente e manter o equilíbrio entre todos.

Esse profissional também passa a ser incluído na proposta de política pública do país, no Programa Brasil Alfabetizado, desenvolvido para um público específico de jovens e adultos, tendo como diferenciação dos anteriores ao abranger também os idosos.

O coordenador pedagógico faz parte da realização desse programa, auxiliando os alfabetizadores a desenvolver métodos e a utilizar o material didático de uma forma em que seja melhor compreendida pelo alfabetizando. O Programa também ajuda ao coordenador durante as formações continuadas a desenvolver o trabalho com os demais profissionais dessa modalidade de ensino.

Este trabalho monográfico está fundamentado na concepção de Educação de Jovens e Adultos, trabalhada por Paiva, na concepção de gestão trabalhada por Libâneo e nas orientações legais da LDB-9.394/96 e a RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 32 DE 1º DE JULHO DE 2011 que rege o Programa Brasil Alfabetizado.

Considerações Metodológicas

A escolha da abordagem qualitativa parte do entendimento de que pesquisadores em educação utilizam-na para melhor contribuir com o esclarecimento do conteúdo no campo. A pesquisa qualitativa foi utilizada por ter como característica a tentativa de explicar os resultados das informações alcançadas, vindo a ser uma reflexão e análise da realidade, usando métodos e técnicas que possam ajudar a compreender o objetivo de estudo detalhadamente. Os instrumentos de pesquisa tem sua importância, pois é através deles que adquirimos os dados necessários para a construção de conhecimento que desejamos investigar.

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa realizada sobre o coordenador pedagógico do Programa Brasil Alfabetizado pretendendo trazer algumas contribuições, considerando que

há poucos estudos sobre o tema. Como caminho metodológico, optei pelo uso da técnica de aplicação de questionários. Os questionários foram aplicados com 04 coordenadores de turmas do Programa escolhidos aleatoriamente, do município de Guarabira-PB, baseado no trabalho referente ao ano de 2011. O questionário foi feito com o propósito de colher informação suficiente para responder aos objetivos específicos desse trabalho.

Este estudo foi organizado em três capítulos, começando com a Introdução e as Considerações Metodológicas no primeiro capítulo. No segundo capítulo foi feita uma abordagem sobre toda a revisão literária, trazendo as concepções dos autores estudados, passando pela EJA, o Programa Brasil Alfabetizado, até o coordenador pedagógico. No terceiro capítulo é apresentada a análise dos dados de pesquisa, tendo como foco o coordenador de turmas no Programa.

1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Durante um breve passeio sobre a História da EJA no Brasil, podemos conhecer algumas campanhas feitas para um público específico da sociedade e que desde seu início havia um propósito, mas no decorrer de sua trajetória a sociedade marginalizada descobriu-se dona de sua própria história e criadora de seus fins, transformando em lutas com sucessos e fracassos.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil parece ser recente, mas tem um percurso histórico longo. Uma trajetória de campanhas, programas, políticas e iniciativas governamentais, que se inicia desde o Brasil Colônia, com a chegada dos Jesuítas em 1549. É através dos Jesuítas que aparecem os primeiros vestígios de alfabetização voltada para crianças e adultos no Brasil. Os religiosos faziam o ensino através da catequização, de início dos indígenas e posteriormente dos escravos negros, bem mais tarde se encarregam das escolas para os colonizadores e seus filhos. Após esse período de colonização a Educação de Jovens e Adultos foi considerada sem importância.

Durante o período colonial as atividades econômicas foram crescendo, mas não existiam escolas para adultos, muito menos para a população escrava, porque não se considerava necessário dominar a leitura e a escrita para cumprir as atividades braçais. Partindo dessa colocação Paiva observa que:

Na verdade, só encontraremos tais escolas quando, já no Império, a sociedade brasileira começa a se transformar em face das novas condições de sua economia. O surto de progresso iniciado por volta de 1870 determina o surgimento de escolas para adultos nas diversas províncias e a partir dos anos 80 elas tenderão a multiplicar-se. Tal crescimento, entretanto, não é excepcional. (PAIVA, 2003, p. 165)

Diante do progresso econômico, por volta de 1870, ocorre o surgimento de algumas escolas para adultos, mas só a partir da revolução em 1930 evidenciam-se no país movimentos de educação para adultos. A educação é um direito de todos e dever do Estado e assim aparecerá pela primeira vez formulada em um texto na Constituição de 1934, sendo dedicado um capítulo específico à educação. É possível encontrar essa afirmação em seu artigo 149, onde diz que: “a educação é direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos”.

O processo de industrialização e a concentração populacional em centros urbanos ocasionaram grandes transformações, fazendo com que fossem lançadas várias iniciativas para a educação de adultos. Devido a essas iniciativas é criado em 1942 o FNEP – Fundo

Nacional de Educação Primária, que através dos seus recursos deveria realizar um programa de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos, mas só após sua regulamentação que ocorre o favorecimento da educação para este público específico.

Com o fim da Segunda Guerra a UNESCO denuncia as desigualdades entre os países e alerta para o papel da educação, promove uma educação de adultos voltada para a paz dos povos, buscando contribuir com o desenvolvimento das nações atrasadas.

Após o fim a Ditadura de Vargas em 1945, o país vive a efervescência política da redemocratização e vai se criando a ideia de que seja necessário educar a população para que se desenvolva e participe da política através do voto, inserindo uma grande parte da população de analfabetos.

Em 1947 é instalado o SEA – Serviço de Educação de Adultos, destinado a orientar e coordenar os trabalhos do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Ocorrem várias iniciativas governamentais para a erradicação do analfabetismo, neste ano é lançada em meio aos apelos da UNESCO em favor da educação popular e com a coordenação do SEA a CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que nasce da regulamentação do FNEP. Diante das intenções da CEAA, Paiva coloca que:

...a educação dos adultos converte-se num requisito indispensável para ‘uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância’, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social. A campanha significava o combate ao marginalismo, conforme o pronunciamento de Lourenço Filho: devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral (PAIVA, 2003, p. 179).

Essa campanha atuou no meio rural e no meio urbano, possuindo objetivos diversos, mas diretrizes comuns. Tinha como objetivo preparar mão de obra para atender as necessidades do contexto industrial-urbano, pois o país vivia em um processo de crescimento. Na zona rural, visava fixar o homem no campo, além de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul. Buscou combater o analfabetismo e recuperar a população analfabeta que ficará excluída do desenvolvimento do país. Foi a primeira iniciativa de educação para adultos que se preocupou com a elaboração de material didático com uma metodologia adequada para esta faixa etária. Nesse mesmo período ocorre a criação do 1º

Congresso Nacional de Educação de Adultos e em 1949 o seminário Internacional de Educação de Adultos. A CEAA chega ao declínio em 1958 quando é convocado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, reconhecendo o fracasso do programa do ponto de vista educativo. “A Campanha passara a ser caracterizada como um movimento alfabetizador, generalizando-se a convicção de que as escolas do SEA foram criadas apenas para preparar eleitores (PAIVA, 2003, p. 193)”.

Ainda na década de 1950 destacaram-se outras duas campanhas organizadas pelo Ministério da Educação: a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, em 1952 e em 1958 a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, marcando uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos.

A década de 1960 é composta pela efervescência política e o experimento de novas práticas de alfabetização desenvolvidas pelos movimentos de educação e cultura popular, que em sua maioria usa o método proposto por Paulo Freire para alfabetização de adultos. Essas experiências foram engajadas com o apoio de intelectuais, artistas, estudantes e católicos, junto com grupos populares, foi o caso dos programas do Movimento de Educação de Base – MEB (1961), Movimento de Cultura Popular do Recife – MCPR, Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler, Centros Populares de Cultura – CPC e das entidades como a União Nacional dos Estudantes – UNE e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

As Campanhas duraram pouco, foram todas extintas pelo decreto nº 51.867 de 26 de março de 1963. Com o Golpe Militar de 1964, Paulo Freire é levado ao exílio e escreve suas primeiras obras, se tornando conhecido em todo o mundo. Continuou a desenvolver no exterior sua proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, pois o mesmo considerava que só através da educação era possível inserir a participação das massas e levar à sua organização crescente.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL é criado pela Lei 5.379, de Dezembro de 1967, para tentar neutralizar a lembrança e a força dos movimentos educacionais anteriores, com objetivos políticos claramente definidos. Diante das críticas o programa diversificou sua atuação visando a sua sobrevivência, em 1969 se distancia da proposta inicial devido à pressão do regime militar. Passou a ser um programa que atendia os marginalizados na época, mas tinha que atender aos objetivos políticos dos governos militares.

O MOBRAL é substituído pela Fundação EDUCAR através do Decreto nº 91.980, de 25 de Novembro de 1985. Os recursos do MOBRAL foram transferidos para a Fundação EDUCAR, que apoiou técnica e financeiramente iniciativas de governos estaduais e

municipais e entidades civis, abrindo mão do controle político e pedagógico que caracterizava o MOBRAL.

Em 1990 ocorre um evento inédito que prometia muito ao futuro da educação, considerado o Ano Internacional da Alfabetização, foi realizado em Jonthien, na Tailândia a Conferência Mundial que reuniu entre seus patrocinadores a UNESCO, UNICEF, PNUD e o Banco Mundial. Nela os países desenvolvidos discutem e elaboram um documento que ficou reconhecido como a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. No mesmo ano toma posse do governo o Presidente Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito diretamente após o regime militar, no mesmo ano é extinta a Fundação EDUCAR e o MEC lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC. O PNAC tinha o objetivo de mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos e reduzir o analfabetismo em 70% num período de cinco anos, mas foi extinto no ano seguinte. Pode-se afirmar que durante o governo Collor não houve investimentos em políticas para a educação de adultos. Ainda nesse período Paulo Freire aceita o convite para assumir a Secretária de Educação do Município de São Paulo e cria o Movimento de Alfabetização de Adultos – MOVA, retomando e atualizando princípios de educação e cultura popular desenvolvidos na década de 1960.

Em 1994 é eleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso e entre as ações realizadas nesse governo pode-se dizer que a Educação de Jovens e adultos não foi incluída nas prioridades governamentais. Mesmo assim foi criado em Janeiro de 1997 o PAS – Programa de Alfabetização Solidária, com proposta inicial de alfabetizar jovens e adultos na região Norte e Nordeste do país, mas abrangeu o Centro-Oeste e o Sudeste. Já em 2002 o PAS passa a se chamar AlfaSol, passando também a ser uma Organização não governamental, mas continua trabalhando com a alfabetização de jovens e adultos. Após um grande debate nacional é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei 9.394/96), sancionada pelo Presidente Fernando Henrique. A nova lei trata da Educação de Jovens e Adultos na Seção V, com apenas dois artigos (artigos 37 e 38).

Em 2003 o MEC anuncia que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal e reconhece que a educação é direito de todos, criando o Programa Brasil Alfabetizado, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), que assume a coordenação do Programa Brasil Alfabetizado, encarregada de organizar e coordenar o referido Programa. O programa tinha como objetivo não só a alfabetização, mas a inclusão de pessoas analfabetas, contando com a participação do Governo, Empresas e outras organizações da sociedade civil.

A EJA no Brasil tem um histórico marcado por iniciativas no combate ao analfabetismo, formando uma combinação de falhas em seus programas e políticas, conquistando ao longo do tempo o número de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos sem o Ensino Fundamental completo. Mesmo com a contribuição dessas políticas de educação para adultos, nada evitou que o país chegasse ao século 21 com cerca de 14 milhões de analfabetos (IBGE, 2010).

1.1 Concepção da Educação de Jovens e Adultos

No início da história e ao longo dela a educação foi usada para fins eleitoreiros, por muito tempo foi usada para o benefício do voto e hoje pouco se mudou quando se trata de pessoas em situação de analfabetismo, a parte da população que não sabe ler e escrever e por falta disso não conseguem exercer seus direitos, como já colocava Paiva.

Se ela não educou muitos adultos, de acordo com as exigências dos educadores, ela seguramente alfabetizou ou semialfabetizou um número significativo de pessoas que entraram de posse de seus direitos políticos e o domínio desse seu fundamento político sobre aspectos técnico-educativos é que deu origem às sucessivas acusações de que o programa se havia transformado numa fábrica de eleitores. (PAIVA, 2003, p.183).

O lado excluído pela sociedade, sentindo-se marginalizados começou a entender o poder que a escola tem diante do mundo e frente às pessoas, pois a educação é um direito independente da idade e fundamental ao ser humano. O adulto que procura a EJA mesmo encontrando-se na condição de aposentado do trabalho, procura a escola como um espaço para melhor compreender sua identidade, sua cultura e o exercício da sua cidadania.

Desde muito tempo atrás a Educação de Jovens e Adultos tem sido destinada a população pobre do Brasil, constituída por jovens, adultos e idosos, entre eles homens e mulheres, empregados e desempregados, pais e filhos, moradores da zona urbana e rural, que foram excluídos da escola em algum momento da vida e passaram a ser marginalizados por terem sido privados de seus direitos a Educação. Dentro do cenário em que vem sendo constituída a EJA, pode-se dizer que a reflexão feita historicamente é de uma tentativa para reparar uma dívida social para com aqueles que não tiveram acesso à leitura e a escrita como direito. Di Pierro deixa claro isso em seu artigo sobre a identidade da EJA quando diz:

Mais de três décadas depois, e mesmo após a promulgação em 1996 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394, a cultura escolar brasileira ainda encontra-se impregnada pela concepção compensatória de educação de jovens e adultos que inspirou o ensino supletivo, visto como instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência. Ao

focalizar a escolaridade não realizada ou interrompida no passado, o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural. Ao dirigir o olhar para a *falta* de experiência e conhecimento escolar dos jovens e adultos, a concepção compensatória nutre visões preconceituosas que subestimam os alunos, dificulta que os professores valorizem a cultura popular e reconheçam os conhecimentos adquiridos pelos educandos no convívio social e no trabalho. (DI PIERRO, 2005, p. 1118)

A Educação de Jovens e Adultos é reconhecida como uma modalidade de ensino usada para elevação da escolaridade e formação profissional, essa modalidade de ensino não foi definida devido ao turno em que é ofertada, mas devido a sua proposta para atender as especificidades desses sujeitos. Propondo inclui-los na educação formal, e fazendo uso de um currículo adaptado à faixa etária específica, oferece o ensino fundamental e médio, atendendo pessoas que por algum motivo não tiveram acesso à educação.

As pessoas que buscam a escola da EJA pertencem a uma mesma classe social, com poder aquisitivo baixo. A característica encontrada com frequência nesses estudantes é a baixa autoestima, que serão reforçadas pelas situações de fracasso escolar. A exclusão desses jovens é vista na situação de oprimidos na sociedade em que vivem e isso se dá pela entrada e saída contínua das escolas. Ainda assim os mesmos insistem em ir à escola, porque ao passar do tempo eles reconhecem que ela é imprescindível para o acesso a empregos e possibilidades de melhoria de vida. À volta para escola os devolve a conquista de um direito, a sensação de capacidade e dignidade que traz de volta sua satisfação pessoal.

Hoje, jovens e adultos decidem pela volta a escola, devido à necessidade do trabalho e a busca pela sobrevivência. O campo de trabalho nos dias atuais exige que o trabalhador tenha conhecimento da leitura e da escrita, para dar conta do mundo das máquinas e para ter a liberdade de escolha do melhor para si. É fundamental que seja valorizado esse retorno à escola, para que esse sujeito sinta-se um cidadão, quando o sistema educacional tem a chance de considerar sua existência social, sua condição enquanto sujeito.

Porém, a volta desse indivíduo à escola não é mais na condição de criança e sim, na condição de homem e mulher adultos, que tem seu tempo preenchido com afazeres que vão garantir o suprimento de suas necessidades. Para o aluno da EJA, o cansaço do dia com o desejo de aprender a noite, é uma rotina difícil de conciliar. São pessoas que vivem realidades diferentes, cada aluno com a sua, pessoas com responsabilidades sociais e familiares, com

valores éticos e morais formados a partir das experiências de vida, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos.

Essa modalidade de ensino é lançada e criada com o intuito de proporcionar a inclusão dessas pessoas marginalizadas no contexto social em que se encontram inseridas, sua formação será de contribuição para tornar um sujeito capaz de interagir e construir suas próprias críticas quando estiver em busca de sua autonomia política, social, cultural e intelectual.

A EJA é a parte da educação em que na sua maioria o seu público não lê e não escreve, mas tem um vasto conhecimento de mundo adquiridos em suas experiências de vida e no trabalho, sabe interpretar e fazer contas no dia a dia, ainda assim estão excluídos da sociedade. Na LDB em seu artigo 37 da Seção V, a EJA é reconhecida como: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. A CONFINTEA reafirma a concepção de EJA através do Marco de Ação de Belém.

todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade. (CONFINTEA, 2010, p. 05)

É importante que o aluno da EJA use os conhecimentos que possui para estabelecer relação com aqueles que serão construídos no espaço escolar, fazendo com que a aprendizagem tenha sentido para sua vida. A construção da identidade se dá durante um processo contínuo, se estruturando ao longo da vida. Cada pessoa constrói sua identidade individual e assim vivemos em uma sociedade constituída por um conjunto de identidades pessoais.

1.2 A EJA em Guarabira

A Educação de Jovens e Adultos foi implantada no município de Guarabira em Março de 2001 em parceria com o Serviço de Educação Popular – SEDUP, funcionando apenas com o primeiro segmento correspondente da 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Em 2003 a Secretaria Municipal de Educação assume o compromisso de funcionamento da EJA com total independência do Estado. A proposta de EJA foi ampliada em 2005 pensando em atender a um público que trabalha durante o dia e que não conseguiu concluir seus estudos.

Ao analisar a situação viu-se a necessidade de oferecer mais turmas, desta vez no segundo segmento correspondente desde a 5ª até a 8ª série do ensino fundamental, logo após surge a procura pelo ensino médio onde este público está prontamente atendido.

Atualmente o funcionamento da EJA no município dá-se da seguinte forma: Escolas Ascendino Toscano de Brito, Raul de Freitas Mouzinho e Edivardo Toscano, funcionam com turmas do segundo segmento, exceto o Raul de Freitas Mouzinho que também oferece o ensino médio e o Edivardo Toscano com uma turma do primeiro segmento. Já as escolas Nazilda da Cunha Moura, Amália Freire, Maria Eulália Cantalice, Sérgio Luiz funcionam o primeiro segmento. Assim como a escola Anália Teixeira localizada na zona rural com uma turma de 1ª série do ensino fundamental.

Este ano de 2012 o município oferece nove turmas no primeiro segmento da 1ª a 4ª série, quatro turmas de 5ª série, quatro turmas de 6ª série, quatro turmas de 7ª série e quatro turmas de 8ª série e também dois primeiros anos, um segundo ano e um terceiro ano do ensino médio. Atualmente tem-se um total de 158 alunos de 5ª a 8ª série, 196 alunos no ensino médio e 115 da 1ª a 4ª série.

A Secretaria de Educação do município de Guarabira afirma ter como objetivo promover o acesso e a qualidade do ensino da EJA, assim como a sua continuidade no processo educativo pedagógico de acordo com cada segmento. Ampliar a prática docente a partir da construção de projetos pedagógicos como desenvolver práticas eficazes para o ensino da leitura, escrita e da matemática, além de reconhecer a importância da avaliação no processo ensino-aprendizagem.

A EJA tem sido compreendida como uma atividade complexa e exige novas urgências políticas-sociais que auxiliem na busca pela qualidade do ensino. Partindo desse pré-suposto, a Secretaria de Educação do município de Guarabira se mobiliza para atender essas necessidades que vão surgindo na área educacional, oferecendo aos professores planejamento, objetivando aperfeiçoar estratégias mais eficazes para o ensino, buscando caminhos para tornar estes alunos leitores e escritores competentes, capazes de participarem ativamente do mundo letrado. A avaliação está focada numa perspectiva progressiva e continua visando uma abordagem reflexiva para o ensino educacional vigente.

2. PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (origem, objetivos e funcionamento)

O Programa Brasil Alfabetizado inicia-se com a responsabilidade e a meta de acabar o analfabetismo entre jovens, adultos e idosos, fazendo Governos e sociedade se unirem para cumprir a missão.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência do Brasil e anuncia como prioridade de seu governo a erradicação do analfabetismo no país, determinando a abolição do analfabetismo em quatro anos. Para alcançar esse objetivo o Governo Federal cria o Programa Brasil Alfabetizado, durante a administração do Ministro Cristovam Buarque, garantindo o direito constitucional de que todo cidadão brasileiro tenha acesso à educação, como garante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 2º, afirmando que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade e pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 2010, p. 08).

Para dar início a esse trabalho é criada a Secretária Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), atuando como articuladora e incentivadora, planejando e coordenando as políticas nacionais de combate ao analfabetismo do país. O Programa é lançado para beneficiar todo cidadão que possua 15 ou mais, adultos e idosos não alfabetizados, é desenvolvido em todo território nacional, porém são prioridade 1.928 municípios que apresentam índices de analfabetismo igual ou superior a 25% da população. Cerca de 90% das cidades brasileiras com altos índices de analfabetismo estão localizados na região Nordeste, determinados através do censo demográfico realizado pelo IBGE. Esses municípios recebem apoio técnico na implantação das ações do Programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando.

O PBA é realizado em parceria com Estados, Municípios, instituições de ensino superior para que desenvolvam ações de alfabetização. Os parceiros que trabalham junto ao PBA ficam com a responsabilidade de cadastrar os alfabetizadores e alfabetizando no MEC, realizar a formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores de turmas, realizar a alfabetização dos jovens, adultos e idosos já cadastrados no Programa e pelos materiais didáticos. O Programa Brasil Alfabetizado é composto de diversos subprogramas e projetos, que são: subprogramas: Incentivo ao Alfabetizando; Incentivo ao Alfabetizador e Apoio. Dentre alguns projetos tem: Pesquisa Alfa, para avaliação de materiais didáticos e Propostas Metodológicas Novas.

O Ministério da Educação é responsável pela execução do Programa através das secretárias e projetos, passando a induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional de alfabetização. O mesmo estabeleceu a condição de que no fim de cada período do Programa, os alunos sejam capazes de ler, escrever, compreender e interpretar textos e realizar as operações básicas de matemática. Levando em conta a diversidade do público que é atendido no PBA, o programa possui uma estrutura flexível permitindo as diferentes metodologias.

Junto com o programa foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, através do decreto nº 4.834, de 08 de Setembro de 2003, tendo como objetivo contribuir para a elaboração das diretrizes nacionais em relação à concepção de alfabetização, à gestão, ao financiamento, à formação do alfabetizador, ao material didático e às linhas de ação. Avanços significativos em relação à EJA ocorreram durante esse Governo, a exemplo da constituição de uma comissão nacional de caráter consultivo, com a participação de representantes da sociedade civil, em que discutem as políticas públicas da EJA, em especial o Programa Brasil Alfabetizado.

Durante a execução do Programa ocorreram vários ajustes na sua configuração legal, efetivados através da edição de resoluções ministeriais, fazendo com que o Programa seja redesenhado de acordo com as necessidades dos alfabetizandos. Entre 2004 a 2006, o ocorre um aperfeiçoamento, nessa fase o PBA possibilita a continuação dos estudos para os alunos pós-alfabetizados no programa. Permitindo que sejam encaminhados para a EJA, garantido a continuidade do processo de escolarização e articulando as ações de alfabetização. No segundo ano de Programa ocorre uma das mudanças significativas, a alteração do período de alfabetização de 06 para 08 meses.

A Comissão Nacional de Alfabetização é ampliada e transformada em CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, através do decreto de nº 5.475, de Junho de 2004 e reafirmado pelo decreto nº 6.093, de Abril de 2007. É criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, como unidade administrativa responsável pela coordenação, fiscalização e avaliação das ações de combate ao analfabetismo no Programa Brasil Alfabetizado em todo o país. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE entra como responsável por efetuar as transferências dos recursos financeiros aos Estados, Municípios e o Distrito Federal, analisar a prestação de contas e efetuar o pagamento das bolsas. A União oferece apoio financeiro podendo ser utilizado para diferentes fins, relacionados ao Programa Brasil Alfabetizado, a exemplo: bolsa para alfabetizadores, transportes de alfabetizando, aquisição de material escolar, material pedagógico, assistência ao programa, e outros.

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado pelo Decreto nº 4.834, de 08 de Setembro de 2003 durante o ministério de Cristovam Buarque e ampliado pelo Ministro Fernando Haddad através do Decreto nº 6.093, de 24 de Abril de 2007 e adicionalmente aos decretos de instituição do programa amparado em outros mecanismos legais como a própria Constituição Federal em seu artigo 208º.

Em 2007 o PBA foi redesenhado e passou a prioridade aos municípios do Nordeste e aqueles que tivessem os maiores índices de analfabetismo (35% ou mais), ou seja, seriam atendidos pelo Programa 30% da população do país e 93% apenas na região Nordeste da população analfabeta.

Entre 2003 a 2007 foi o período que o Programa sofreu várias alterações, no geral entre elas: a) ampliação de seis para oito meses o período de alfabetização; b) ampliação dos itens de financiamento (merenda, transporte dos alfabetizandos, aquisição de materiais, livros didáticos e óculos); c) priorização na transferência de recursos aos estados e municípios, com ampliações nos valores das bolsas; d) preferência por professores da rede pública para a condição de alfabetizadores; e) pagamento de bolsa por turma e não mais por aluno.

O Programa Brasil Alfabetizado funciona em todo o país e todos que aderem a ele seguem o mesmo documento de fundamentação legal, as resoluções. As mesmas estabelecem orientações, critérios e procedimentos para transferências dos recursos financeiros. O Programa tem duração de 08 meses com o mínimo de 320 horas aulas, na zona rural o mínimo de sete e o máximo de vinte e cinco alfabetizandos, na zona urbana o mínimo de quatorze e o máximo de vinte e cinco alfabetizandos. Cada sala de aula é supervisionada por coordenadores de turma. Esta proposta “uniforme” traz muitos desafios, considerando a pluralidade das regiões e suas especificidades. Nesse sentido é muito importante a concretização de um dos princípios mais importantes da Educação de Jovens e Adultos: considerar a realidade do educando. Isto implica em se construir mudanças regionais e locais que venham adaptar o Programa à realidade e necessidade dos sujeitos que o utilizam.

As atividades do Programa se iniciam quando os interessados (Entes Executores) preenchem e encaminham através do site do MEC, o Termo de Adesão, independente de já terem firmado sua adesão em anos anteriores, anualmente devem refazer o termo de adesão. Além do Termo de Adesão os iniciantes devem elaborar um Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa) e os que já fazem parte do programa devem revisar seu PPAlfa, tudo é feito através do site <http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br>. No PPAlfa é obrigatório constar as ações pedagógicas de gestão e supervisão, o plano de formação inicial e continuada, a meta a ser alcançada, a abrangência e o período de execução do Programa.

O Programa é efetuado com voluntários cadastrados, remunerados e vinculados a turmas ativas que recebem uma bolsa mensal correspondente a cada cargo: **Bolsa classe I:** R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o alfabetizador de uma turma ativa; **Bolsa classe II:** R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) mensais para o alfabetizador de uma turma ativa de população carcerária ou jovem em cumprimento de medidas sócio-educativas; **Bolsa classe III:** R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o tradutor intérprete de Libras que auxilia o alfabetizador em turma ativa que inclui jovens, adultos e idosos surdos; **Bolsa classe IV:** R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para os coordenadores de turmas de alfabetização ativas, conforme normas do Art. 11 desta Resolução; **Bolsa classe V:** R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o alfabetizador e tradutor intérprete de Libras com duas turmas de alfabetização ativas. Esta precarização do trabalho dos educadores e a profissionalização desta atividade pedagógica têm despertado inúmeras críticas, sobretudo de educadores e entidades da educação.

Os EEx enviam o PPAIfa ao SECADI e após a sua aprovação dá-se início ao cadastramento das turmas, dos alfabetizandos, alfabetizadores e coordenadores de turma, dos tradutores-intérpretes de Libras, através do site do MEC. A seleção dos alfabetizadores, coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes pelos EEx deverá ser, preferencialmente, precedida de chamada pública. Os alfabetizadores devem ter no mínimo nível médio completo, serem de redes públicas de ensino e terem experiência com Educação de Jovens e Adultos. Antes do início das atividades educativas ocorre à formação inicial com Alfabetizadores e Coordenadores de turmas, no decorrer do período do Programa é feita uma formação continuada com os mesmos.

Aos EEx é obrigatório a aplicação de um teste cognitivo de leitura/escrita e matemática aos alfabetizandos, sob a supervisão do gestor local e coordenadores de turmas, até o décimo quinto dia após o início das aulas e nos últimos dez dias de aula no término do programa, para identificar o desempenho cognitivo dos jovens, adultos e idosos. Fica como responsável o gestor local e os coordenadores de turmas para lançar no SBA o resultado dos testes cognitivos aplicados.

2.1 O Brasil Alfabetizado em Guarabira

Inicialmente o trabalho do Programa Brasil Alfabetizado se dava em conjunto, o Estado e o Município, em 2008 o município de Guarabira passou a fazer o trabalho individual, com o propósito de diminuir o índice de analfabetismo dentro do município.

Na rede municipal na etapa de 2011, foram inscritos no PBA 600 alfabetizandos, sendo 360 na zona urbana e 240 na zona rural. Foram formadas 48 turmas com seus respectivos 48 alfabetizadores e 06 coordenadores de turma. Junto ao município como parceiro para execução do programa tem a Secretaria Municipal de Saúde, em utilização dos agentes comunitários de Saúde, como sujeitos mobilizadores dos jovens e adultos não alfabetizados. A assistência social também como parceiro, age com o gestor do Programa Bolsa Família, para incrementar a capacidade de localização dos jovens e adultos não alfabetizados utilizando os dados do Cadastro único, para a emissão de documentação civil básica.

De acordo com o censo de 2010 a quantidade de analfabetos com mais de 15 anos no município de Guarabira era de 8.455, a partir de 2008 foram beneficiados 1.592 pela rede municipal de ensino após a implementação do Programa Brasil Alfabetizado.

A formação dos coordenadores de turma do PBA é realizada através da formação inicial e continuada. A formação inicial é administrada pela própria entidade, com duração de 40 horas presenciais, sendo 06 horas destinadas ao Programa Olhar Brasil. Nessa formação são trabalhados projetos que vão subsidiar o alfabetizador e o coordenador no desempenho do seu trabalho. A formação continuada é ministrada quinzenalmente, com duração de 04 horas, pela mesma entidade que ministra a formação inicial. Nessa formação é feita o trabalho de continuação dos estudos realizados anteriormente e a troca de vivências entre o alfabetizador/alfabetizando e o coordenador.

3. O PAPEL PEDAGÓGICO DO COORDENADOR

O Setor Pedagógico da escola é caracterizado por ser um espaço aberto para os diálogos, favorecendo a relação entre todos que a compõem, atendendo as perspectivas da comunidade escolar e garantindo a qualidade das ações. Surge com o propósito de desenvolver os objetivos da escola, articulando os esforços dos integrantes e liderando os trabalhos. É de responsabilidade desse setor as atividades de coordenação pedagógica e orientação educacional e a função do especialista nessa área pode variar de acordo com a legislação estadual e municipal. Diretor e Coordenador estão voltados para os mesmos objetivos que estabeleceram para o trabalho da escola, cumprem o papel de coordenar o trabalho coletivo assegurando condições para que seja realizado.

Em algumas redes de ensino o profissional do setor pedagógico é conhecido como inspetor, orientador, supervisor ou pedagogo, entre outras nomenclaturas que define o profissional que realiza o trabalho de mediação da prática pedagógica. Essas nomenclaturas vêm se formando ao longo dos acontecimentos históricos no Brasil, ressaltando que “a função supervisora expressa em termos de coordenação, orientação ou assistência pedagógica aparece na legislação escolar a partir de 1942” (ELIAS apud ROMAN, 2001, p. 12).

O ensino no Brasil tem início com os Jesuítas a partir de 1549, sob a influência do plano educacional *Rátio Studiorum*. Esse plano era o material pedagógico do ensino jesuítico, onde todas as escolas eram regulamentadas por esse documento, composto de orientações de como seria oferecido os estudos, nele continha o *Prefeito Geral* de estudos que dava assistência ao *Reitor*.

O prefeito de estudos deveria organizar os estudos, orientar e dirigir as aulas, visando o bom aproveitamento dos alunos, ouvir e observar os professores assistindo suas aulas e lendo apontamentos de alunos e se necessário, comunicando o procedimento indevido do professor ao reitor (ALMEIDA, 2008, p. 14).

Em 1759 com a reforma pombalina, os jesuítas foram expulsos e o sistema de ensino foi extinto, junto com ele o cargo de prefeito de estudos. O trabalho de supervisão continuava abrangendo os aspectos político-administrativos, representado pelo diretor geral e parte da direção.

Durante a Independência do Brasil foi formulada a primeira Lei para a instrução pública, no artigo 5º da Lei de 15 de Outubro de 1827, quando institui que as escolas deviam ser de Ensino Mútuo, os professores passaram a exercer as funções de docência e supervisão.

Em meio à ditadura militar foi criada a Supervisão Educacional, com o objetivo de que esse profissional fiscalizasse o trabalho do professor. Com a reforma universitária em 1968, ocorre a reformulação para o curso de Pedagogia. Depois de reformulado (Parecer nº 252/1969) deixa de existir a figura do técnico de educação, dando lugar as habilitações, passando a ser essencial para a formação desse profissional.

Este parecer instituiu a função de supervisor escolar ou pedagógico, atuando como um inspetor escolar, um fiscal de rotinas, porém seu trabalho não contribuía com o processo educativo, assumindo apenas as tarefas administrativas. Seu papel foi levado a questionamentos, pois sua função não era específica. A Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira – Lei: 9.394/96, no artigo 64 estabelece que:

A formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação, a base comum nacional.

Ainda não citado nesta publicação com a nomenclatura de coordenação /coordenador(a), as redes de ensino dão início a uma discussão sobre a nova organização do ensino. O curso de Pedagogia passou a ser essencial para a formação desse profissional, antes voltado a tarefas administrativas e visto como um fiscal de rotinas passa a ser conhecido como coordenador pedagógico.

Para tornar possível a presença do coordenador pedagógico o mesmo deve estar ciente de seu papel, pois esse profissional dará suporte à ação educativa, irá oferecer capacitação e orientação às práticas pedagógicas e tudo que abrange a instituição de ensino. Ao pensar no papel desse profissional se estabelece três compromissos fundamentais para o mesmo: gestor do currículo escolar, educador para os professores e pesquisador enquanto gestor e educador.

3.1 Educador para Professores

Não tem como falar em formação continuada sem falar da formação inicial de professores. A escola espera receber um profissional da educação com formação acadêmica consistente, baseada em teoria e prática, para que possa contribuir no exercício da função docente. A formação dos profissionais de educação conta com um capítulo próprio na nova LDB 9.394/96, o artigo 62 deixa claro quando diz que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do

magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (LDB, 2010, p.46)

Alguns alunos ao entrarem na docência se deparam com um mundo estranho, um choque de realidade diante da teoria vista na Universidade e a prática ainda pouco vivida em alguns casos.

Não se pode deixar de pensar que a formação continuada é um processo contínuo de construção da prática docente qualificada, momento em que se encontra educadores com vários dilemas, dificuldades, procurando superar as frustrações. Nesse momento é preciso um profissional devidamente preparado e que sirva como intermediário para os novos conhecimentos, para enfrentar junto com o educador os desafios da realidade escolar. A função primordial do coordenador antes de tudo é procurar meios de ajudar os professores a avançar, seu foco é a gestão da aprendizagem e a formação dos professores.

Não há como falar em formação de professores sem levar em conta a formação do coordenador pedagógico, como diz Souza (Gestão Escolar, 2011, p. 20) “Não existem programas que capacitem esse profissional a ser formador de professores, o articulador do projeto político-pedagógico e o transformador da escola”. A formação do coordenador pedagógico dá-se basicamente na graduação em Pedagogia, nos cursos de pós-graduação destinados à especialidade da coordenação pedagógica. Como afirma Libâneo (2008, p. 99) “O curso de pedagogia tem como objetivo a formação de especialistas em educação, abrangendo várias áreas de educação profissional: coordenador pedagógico, gestor escolar, planejamento e avaliação educacional”.

No entanto é necessário que esteja sempre atento a sua formação continuada, para sempre estar atualizando seus conhecimentos, para analisar as mudanças que ocorrem na prática pedagógica, bem como saber se direcionar a essas mudanças. É a Secretaria de Educação que deve se responsabilizar pela sua formação, porém não é assim que acontece. Em alguns casos é o próprio coordenador que busca por si só atualizar e estudar, ou são convocados para as mesmas palestras e oficinas destinadas aos professores, ficando longe de ser suficiente para sua formação.

Esse aperfeiçoamento deve ser específico, esse profissional não pode participar apenas das mesmas atividades formativas oferecidas aos docentes, o coordenador pedagógico tem que conhecer e dominar competências e estratégias próprias para estar à frente da equipe a fim de ajuda-la a refletir sobre a sua prática.

O coordenador pedagógico precisa sempre buscar novas formas para a sua formação continuada, pois como articulador desse processo educativo precisa fornecer instrumentos

teóricos que fundamentem o saber educativo, buscando harmonia entre a teoria e a prática. Precisa estar ciente da importância de seu trabalho enquanto formador, para conseguir transmitir ao professor segurança e conhecimento para sua prática docente. “Falta suporte adequado para que ele possa efetivamente exercer o papel de articulador das ações formativas de caráter colaborativo na escola” afirma Davis (Gestão Escolar, 2011, p. 23).

O educador individualmente não consegue fazer um trabalho com qualidade e confiança, ainda que sua formação inicial tenha sido boa, vai faltar-lhe um embasamento teórico e a troca de experiências. O processo entre professor e coordenador gera de acordo com suas especificidades, o professor quer alcançar a construção da aprendizagem do aluno, o coordenador foca no trabalho que é feito pelo professor. O professor conhece e domina os conteúdos para o processo de ensinar e aprender, já o coordenador conhece e domina as formas de encaminhar esses saberes, considerando as condições do aluno.

A atribuição essencial do coordenador pedagógico está associada ao processo de formação em serviço dos professores, chamado de Formação Continuada. O termo vem para substituir outros termos utilizados anteriormente como: treinamento, capacitação e reciclagem, que não davam construção ao intelectual do professor. Dentro da sua função formadora o coordenador programa as ações para a formação do grupo docente da escola, possibilitando uma qualificação continuada. De acordo com as formações as mudanças poderão ocorrer em sala de aula, sempre com o objetivo de atender as necessidades do aluno que compõem a escola. Para esse trabalho ter bons resultados, é preciso que o professor e o coordenador tenham um bom relacionamento, que trabalhem em equipe, observem, planejem individualmente ou em grupo.

O trato satisfatório com os relacionamentos interpessoais é condição *sine qua non* para o desempenho de suas atividades, dado que sua função primeira é a de articular o grupo de professores para elaborar o projeto político pedagógico da escola [...]. Na verdade, relações interpessoais confortáveis são recursos que o coordenador usa para que os objetivos do projeto sejam alcançados [...]. As habilidades de relacionamento interpessoal – o olhar atento, o ouvir ativo, o falar autêntico – podem ser desenvolvidas e, nesse exercício, o profissional vai fazendo uma revisão de suas condições de escola, de professor e de aluno. (ALMEIDA, 2011, p. 78)

A formação continuada de professores assume o desafio de conceber e construir a escola como um ambiente educacional em que a formação e a prática sejam atividades unidas e possam ser articuladas com a gestão escolar, as práticas curriculares e as necessidades profissionais, fazendo com que o professor participe do trabalho escolar. Conforme Almeida (Nova Escola, 2010, p. 96) “A capacitação da equipe também se faz na própria escola, pois é

ali que se tem contato com as reais dificuldades da sala de aula”. A tarefa de formar é difícil, é preciso que as soluções a ser dadas estejam de acordo com a realidade de cada um, reconhecer os limites e as deficiências do próprio ambiente de trabalho, facilita se os docentes trabalharem em conjunto.

3.2 Conflitos de uma identidade

Apesar de todas as mudanças históricas, esse profissional ainda se encontra em dúvida com relação a sua identidade. Organizar horários de uso de bibliotecas, dar uma força aos funcionários na época de matrícula e conversar com os pais, entre outras atribuições que lhes são dadas. Isso pode ocorrer por falta de clareza sobre qual seja seu papel e por isso aceitam todas as demandas, perdendo seu foco de trabalho.

As atividades da coordenação pedagógica fazem parte do setor pedagógico da escola, suas funções variam conforme a legislação estadual e municipal, em alguns lugares essas atividades pode ser feitas por uma pessoa, ou desempenhadas por professores. Em se tratando de funções especializadas, que necessitam de habilidades, o indicado é que aqueles que ocuparem o cargo que seja formado em Pedagogia ou adquiram formação pedagógica específica. Dentre as tantas atribuições ao coordenador pedagógico, sua prioridade é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas e na interação desses com os alunos. Segundo Libâneo (2008, p. 129) “A formação específica de coordenadores pedagógicos tem sido motivo de bastante polêmica entre os educadores, com diferenças marcantes de posições”.

As nomenclaturas que são dadas a cada profissional já é caso resolvido, pois é ao Coordenador Pedagógico a quem nos referimos quando citamos por ser o profissional responsável por articular o trabalho pedagógico e pela formação da equipe docente. Não é responsabilidade dele o serviço administrativo, esse especialista deve estar envolvido diretamente na elaboração, implementação e concretização do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino, buscando meios e instrumentos para desenvolver um trabalho integrado com a realidade da escola. Esse profissional se confunde entre as atribuições legais e as tarefas existentes na rotina da escola que ele vai abraçando aos poucos.

A revista *Gestão Escolar* (2011, p.21) em uma pesquisa feita sobre o coordenador pedagógico, definiu as atribuições que esse profissional acaba exercendo em seu dia a dia: 72% costumam acompanhar a entrada e saída dos alunos diariamente, 50% atendem todos os dias telefonemas de pais e de outras pessoas que procuram a escola, 19% assumem alguma

classe pelo menos uma vez por semana quando falta um professor, 9% admitiram não desempenhar nenhuma atividade regular relativa à formação de professores. Dentre tantas outras tarefas que assumem na escola, seja por falta de identidade ou por insegurança para realizar seu trabalho, vão tentando fazer aquilo que acreditam ser de suas competências, como diz Almeida (Gestão Escolar. 2011. p. 30) “Como não existe um identidade constituída, o coordenador tenta delinear-la no dia a dia. Diante das imposições que surgem, ele faz o que acredita pertencer à sua esfera de competências”.

As muitas tarefas realizadas por esse profissional mesmo não sendo de sua competência é um assunto ainda muito discutido. Todos esses afazeres geram um desconforto e desânimo com a profissão por parte de alguns deles, alegando que sua rotina fica com pouco tempo para se dedicar ao que realmente é de sua responsabilidade. Esses dilemas de exercerem atribuições que não são suas poderiam ser resolvidos se o Coordenador Pedagógico tivesse uma boa formação para exercer seu cargo. Mas e se ele teve uma boa formação inicial e está tendo orientação para executar bem seu trabalho, porque não consegue focar na sua principal atribuição? Isso acontece pela falta de identidade profissional, é o que ressalta Souza (Gestão Escolar. 2011, p. 31) “A formação tem grande peso na construção da identidade profissional, pois quem desenvolve as competências necessárias para o exercício de determinada função sabe bem o que fazer e ganha o respeito de todos”.

O Coordenador Pedagógico antes de tudo é um professor, passa por todos os processos de construção de identidade docente antes de se identificar como coordenador. É dentro da formação de professores que o coordenador irá demonstrar sua personalidade, expor seus saberes, ideias e seus conhecimentos nos encontros de formação continuada, reconstruindo seu próprio saber junto com os demais membros da escola.

4. O COORDENADOR DE TURMA DO BRASIL ALFABETIZADO

O coordenador pedagógico como já foi visto é uma figura de grande importância na escola e um importante aliado ao professor para juntos construir o saber do aluno. Mas esse profissional aparece no Programa Brasil Alfabetizado como coordenador de turmas, porém não surge desde o início da construção desse Programa. Tem sua primeira aparição em 2005, quando já se falava nesse período em coordenador, mas o mesmo não aparecia no programa como bolsista, esse cargo não era obrigatório e era de responsabilidade do ente executor contratar ou não. Em 2006 também chamavam de coordenador pedagógico o que hoje chamam de gestor local do programa, segundo a resolução o ente executor teria que indicar um coordenador pedagógico para o PBA, porém seria apenas na perspectiva de coordenar, de forma geral, como é o caso do gestor local hoje. Em 2007 ele surge como coordenador-alfabetizador e passa a acompanhar no mínimo de 15 e máximo de 20 turmas, já aparece como bolsista no programa com uma bolsa no valor de 300 reais. Em 2008 os coordenadores de turmas deveriam ser preferencialmente professores da educação básica da rede pública dos Estados, Municípios e Distrito Federal, sendo exigida a escolaridade, sua bolsa passa a ser de 500 reais. Em 2009 a seleção para esse cargo passa a ser por chamada pública, considerando os seguintes critérios: preferência com nível superior, mínimo de nível médio, experiência em educação de jovens e adultos. Em 2011 não ocorreram mudanças para esse profissional segundo as resoluções.

Durante a realização da pesquisa foram eleitos alguns itens para orientação da análise mantendo como foco o trabalho feito pelo coordenador:

- Formação Inicial e Formação continuada;
- Concepção e contribuição da formação;
- Seu papel no Programa;
- Como acompanha seu alfabetizador;
- Principais dificuldades.

O coordenador de turmas tem uma desenvoltura muito importante no Programa Brasil Alfabetizado, ele sozinho dá conta de uma média de 15 a 20 alfabetizadores, participa de formações para continuar o processo de construção do saber e está sempre a disposição dos alfabetizadores ajudando-os em tudo que for necessário. Para que o coordenador de turmas desenvolva um bom trabalho junto aos alfabetizadores e venha a contribuir no desenvolvimento das aulas, entre outras dificuldades, é preciso ter uma formação melhor. Isto foi atestado junto aos participantes da pesquisa, quando foi investigado a sua formação inicial;

¹CT1-Pedagogo e Especialista em Supervisão e Orientação Educacional.

CT2-Licenciatura em Letras.

CT3-Graduada e Pós-graduada em Geografia.

A formação inicial dos alfabetizadores também tem sua importância diante do processo de construção do saber dos alfabetizados, principalmente em se tratando de alunos da Educação de Jovens e Adultos. A resolução CD/FNDE Nº 32 DE 1º DE JULHO DE 2011 do Programa Brasil Alfabetizado, em seu artigo 12, diz que: “deve ter, no mínimo, formação de nível médio completo”.² O que foi constatado diante da pesquisa, que é feito o uso da mínima formação indicada pela resolução aos alfabetizadores:

Dos seis (06) alfabetizadores entrevistados, 04 (quatro) possuem o nível médio.

A formação inicial é importante, mas a formação continuada tem sua importância junto à educação, pois é através dela que se dão novos conhecimentos, novas aprendizagens e oportunidades de compartilhamento dos saberes. A formação continuada pelo município de Guarabira se dá quinzenalmente com a duração de quatro horas, entendendo que os envolvidos no processo não devem se prender apenas às formações continuadas, pois é preciso que busquem o complemento para suas necessidades. Entender o que seja formação continuada é compreender a visão daqueles que a fazem, como colocados pelos coordenadores participantes da pesquisa:

CT1-Estudo reflexivo que norteia o processo do desenvolvimento do Programa.

CT2-É aquela desenvolvida mediante atividades de estudo, pesquisas planejadas e realizadas para o desenvolvimento profissional dos professores a partir das necessidades e conhecimentos derivados de suas experiências docentes.

CT3-É a busca de novos conhecimentos e a vivência de experiências entre alfabetizadores e alfabetizados em sala de aula.

CT4-É o processo de discutir os problemas em sala de aula, solucionando e aperfeiçoando o educador cada vez mais.

O alfabetizador quando tem conhecimento do que seja formação continuada passa a entender que dentro irá gerar o diálogo, o compartilhamento de ideias, o surgimento de novas soluções para suas dificuldades. A visão de formação continuada dos alfabetizadores deve estar em sintonia com o trabalho feito pelo coordenador de turmas do PBA, o que foi visto através da pesquisa realizada:

¹ CT-Referência ao coordenador de turma do Programa Brasil Alfabetizado.

² O artigo 12 da Resolução, CD/FNDE Nº 32 DE 1º DE JULHO DE 2011, faz referência ao nível de formação que o alfabetizador do Programa deve possuir.

Alfabetizador 1-É o apoio e orientação, que nós professores recebemos durante o trabalho.

Alfabetizador 2-Entende-se em discutir o conceito e a relevância da avaliação da aprendizagem em uma perspectiva formativa, diagnóstica e multicultural, voltada à formação do sucesso, do bom aprendizado e não do fracasso escolar... Também não se limitando a questão meramente técnica e sim com argumentos de autoestima, filosofia de vida, etc.

Ao início de cada edição do BA é feita uma formação junto aos coordenadores e a importância que é dada a ela, é a visão de cada coordenador diante de sua responsabilidade e comprometimento com seu trabalho dentro do programa, sendo observado pelos coordenadores que:

CT1-Norteia o início do processo, pois é traçado metas a serem desenvolvidas.

CT2-Contribui muito, nos direciona para o nosso trabalho de forma significativa.

CT3-A formação inicial do PBA contribui de forma positiva, pois adquirimos conhecimentos e repassamos no convívio com os alfabetizadores e alfabetizados.

CT4- Nos traz conhecimentos e é através dessa formação que nos orientamos de como trabalhar os 08 meses.

Ter uma boa formação inicial, compreender o que seja a formação continuada e assumir a responsabilidade pelo trabalho dentro de um programa na modalidade de ensino da EJA, gera a importância que o coordenador de turma tem dentro do PBA. Alguns fatores os tornam importantes e isso fica claro na visão de cada coordenador da pesquisa:

CT1-Faço a mediação necessária que reflita a uma boa atuação docente.

CT2-Orientar, subsidiar, acompanhar.

CT3-Apoio pedagógico.

Além de possuir o conhecimento específico para a modalidade da EJA, é preciso ter compromisso e responsabilidade para contribuir com essa alfabetização, ainda assim será preciso acompanhar o processo de ensino do alfabetizador e a aprendizagem do alfabetizado, para que oferecer um trabalho com qualidade. Segundo os coordenadores de turmas participantes da pesquisa: “as visitas acontecem semanalmente e durante os encontros de formação, conhecendo aluno/alfabetizador”.

Fazer um bom trabalho na educação não é fácil, seja na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, no ensino para jovens e adultos não seria diferente. A maioria das instituições de ensino superior ainda não prepara para a modalidade de ensino da EJA, e esses profissionais precisam estar preparados para as dificuldades que encontraram durante o percurso. Alguns coordenadores participantes da pesquisa colocaram que não tem

dificuldades para se trabalhar no programa, mas o coordenador CT2 citou a evasão escolar como uma dificuldade: “Há o fator da evasão escolar”.

As dificuldades existiram sempre e por isso é preciso estar preparado para inverter a situação, fazendo uso do que possui e buscando novas ideias para que esse aluno seja conquistado. Assim como fazem os coordenadores da pesquisa:

CT1-Invisto nas formações e orientações a fim de envolver cada vez mais os alfabetizadores no processo.

CT2-Fazendo visitas domiciliar para trazer o aluno para sala de aula.

Uma das coordenadoras pesquisadas cita o investimento na formação, formação essa que é ofertada pelo coordenador de turmas do programa. E para esse momento o coordenador deve estar preparado com saberes e competências que serão transmitidas aos alfabetizadores durante a formação continuada. Como é colocado pelos coordenadores:

CT1-Ser comprometido com a Educação de qualidade, buscando a superação dos obstáculos que muitas vezes aparece. Visar sempre uma reflexão para desenvolver as práticas necessárias da atuação.

CT2-Ter a capacidade de construir conhecimentos a partir das experiências que o grupo há traz consigo. Trabalhar em grupo e ter espírito de liderança.

CT4-Ter conhecimento e capacidade, saber os principais métodos de alfabetização, transmitir para o alfabetizador, capacitando e ao mesmo tempo levando o seu conhecimento e habilidade para os alfabetizandos.

Saberes e competências bem ofertadas durante a formação, pois os alfabetizadores da pesquisa consideram que a formação ofertada pelo BA é suficiente para ser educadora no programa, como é citado por um deles:

Alfabetizador 2 - Sim, a equipe do município sempre está disponível com oficinas, mini cursos, reuniões, etc.

Os coordenadores de turmas estão dentro do PBA com o dever de supervisionar o trabalho dos alfabetizadores, os auxiliando em suas dificuldades e em suas competências, prestando assistência didática e contribuindo para que o trabalho desse educador seja bem desenvolvido. Servindo como elo entre o educador e o aluno, cuidando para que a alfabetização seja alcançada, refletindo sobre as condições que eles têm para desenvolverem estas suas atribuições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que ao longo do tempo o coordenador recebeu diversas atribuições, o afastando do compromisso maior dentro da escola e para com os educadores. O que instigou esta pesquisa foi o interesse para descobrir qual seria o papel do coordenador pedagógico no Programa Brasil Alfabetizado, principalmente por se tratar de um programa com grandes responsabilidades públicas.

A pesquisa foi lançada a partir do problema de qual seria o papel que o coordenador pedagógico desenvolve no Brasil Alfabetizado de forma que contribua com a prática dos alfabetizadores. Para responder a essa questão foi feita uma análise da identidade e o papel desse profissional a partir de suas contribuições no Programa.

Conhecido como coordenador pedagógico na maioria das vezes, o PBA definiu esse profissional como coordenador de turmas, muda a nomenclatura, mas seu compromisso e responsabilidade são os mesmos. Tem a responsabilidade de supervisionar algumas turmas dentro do programa, dividindo o trabalho que talvez fosse de um só. Promove a formação continuada que é de grande importância para o alfabetizador, transmitindo conhecimentos e métodos facilitadores da aprendizagem para um público com maior dificuldade para assimilar os conhecimentos. É mostrado nas formações que o alfabetizador deve ter um olhar diferenciado para a EJA, pois o alfabetizando já traz consigo uma vivência na sociedade.

O contato gerado entre alfabetizadores e coordenadores é muito importante, além da presença nas formações ambos têm oportunidade de estarem juntos semanalmente. O bom envolvimento entre eles forma uma parceria que só contribui para gerar uma educação com qualidade.

Concluo com essa pesquisa refletindo sobre o fato de que o coordenador de turma tem um relevante papel no desempenho do Programa Brasil Alfabetizado. Além da supervisão de turmas, ele é responsável pela formação e apoio pedagógico aos alfabetizadores. Contudo, são evidentes as dificuldades que os impedem de desenvolver com eficiência e eficácia seu trabalho. Faltam as condições necessárias para que se faça o monitoramento do trabalho, a exemplo da supervisão das turmas localizadas na zona rural. A sobrecarga de trabalho e todos os procedimentos burocrático-administrativos ficam com ele.

Atestamos uma melhoria no nível do Programa com o ingresso do coordenador, fica evidente a importância do seu trabalho na construção do processo de ensino do alfabetizador, pois sua contribuição e participação junto ao mesmo conseguem minimizar impactos e

adversidades à prática pedagógica. Se fazendo presente nas dificuldades dos alfabetizadores e contribuindo para superá-las. Durante o processo de formação continuada, desenvolvida pelos coordenadores, a orientação em relação ao processo de elaboração de planos de aulas adequados ao ensino que está sendo proposto, cumpre-se uma de suas mais importantes funções, ajudando-os a enxergar o alfabetizando com capacidades diferentes da criança, mas possuindo o mesmo direito de aprender.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; CRISTOV, Luiza Helena Silva (org.) **O Coordenador Pedagógico e a Educação continuada**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; CRISTOV, Luiza Helena Silva (org.) **O Coordenador Pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____.DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n92, p. 1115-1139, Especial – Out. 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18.pdf - Acessado em: 30/04/2012.

_____.DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº55, novembro/2011.

CONFINTEA – Marco de ação de Belém. Brasília, Abril de 2010.

_____.HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. n. 14, 2000. Disponível em: www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_08_SERGIO_HADDAD_E_MARMA_CLARA_DI_PIERRO.pdf - Acesso em: 05/01/2012

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação. Edições Câmara, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola. Teoria e Prática**. 5ª ed. Revista e ampliada – Goiânia: Mf livros, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, Selva Paraguasu. SOUSA, Luzia Silva. **EJA uma educação possível ou mera utopia**. Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf
Acesso em: 06/11/2011

Manual Operacional do Brasil Alfabetizado – MEC. 2008

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola – 1987, p.(203 a 258).

PAIVA, Vanilda. **A Educação dos Adultos. In História da Educação Popular no Brasil: educação de adultos**. São Paulo; Loyola, 2003.

_____.PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira. **Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular: um olhar histórico sobre as políticas públicas ou ausência delas**. Eccos – Revista Científica, São Paulo, v. 9, n I, p. 53 a 74, Jan./Jun. 2007. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v9n1/eccos_v9n1_2c13.pdf -
Acessado em: 05/11/2011.

RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 32 DE 1º DE JULHO DE 2011

Revista – GESTÃO ESCOLAR - **DOSSIÊ COORDENADOR PEDAGÓGICO**. nº 14. Junho/Julho de 2011.

Revista – NOVA ESCOLA – **LIÇÃO DE CASA**. nº 243. Junho/Julho de 2011, p. 90 a 92.

Revista – GESTÃO ESCOLAR. Edição Especial/**Os caminhos da coordenação pedagógica e da formação de professores**, nº 6. Junho/2011. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/pdf/coordenacao-formacao.pdf>-Acesso em: 11/08/2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm - Acesso em: 25/01/2012.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA O COORDENADO PEDAGÓGICO

1. Nome:
2. Qual a sua Formação Inicial:
3. Você tem formação continuada? Como acontece?
4. O que você entende por formação continuada?
5. Esta formação que você recebe antes de iniciar uma Edição do BA, contribui no seu trabalho? Como?
6. Quanto tempo trabalha como coordenador pedagógico?
7. Há quanto tempo trabalha com Educação de Jovens e Adultos?
8. A formação que o programa Brasil Alfabetizado oferece é suficiente para cumprir com seu principal papel?
9. Como você acompanha o trabalho do educador e o aprendizado do aluno?
10. Para você qual o seu papel perante o educador do Brasil Alfabetizado?
11. Aponte alguns fatores que demonstram a sua importância enquanto coordenador pedagógico para o Programa Brasil Alfabetizado.
12. Quais as dificuldades para se trabalhar no programa Brasil Alfabetizado?
13. Quais as estratégias que utiliza para superá-las?
14. Para você quais os saberes ou competências que o coordenador deve ter para mediar a formação continuada?

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR

1. Nome:
2. Formação inicial:
3. Formação continuada dentro da educação de jovens e adultos:
4. Qual o seu tempo de magistério?
5. O que levou a ser professor de jovens e adultos?
6. Há quanto tempo trabalha com jovens e adultos?
7. O que entende por formação continuada?
8. Como você analisa o trabalho do coordenador pedagógico:

9. O trabalho do coordenador contribui para a prática do professor em sala de aula?
10. Quais suas dificuldades para ser educador do Brasil Alfabetizado?
11. Como você acha que o coordenador poderia ajuda-lo?
12. Você tem apoio de material didático?
13. A sua formação é suficiente para ser educadora do Brasil Alfabetizado?
14. A formação que o programa lhe oferece é suficiente para ser educadora?
15. Quais as queixas de seus alunos?
16. Você compartilha com seu coordenador?